

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CURSO DE HISTÓRIA- LICENCIATURA

JOSI SILVA TORMAM

**JAGUARÃO “CIDADE HISTÓRICA”: CONTEXTOS E TRAJETÓRIAS
DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO**

**Jaguarão
2014**

JOSI SILVA TORMAM

**JAGUARÃO “CIDADE HISTÓRICA”: CONTEXTOS E TRAJETÓRIAS
DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de História – Licenciatura Plena, Integral- da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Costa Campos

**Jaguarão
2014**

JOSI SILVA TORMAM

**JAGUARÃO “CIDADE HISTÓRICA”: CONTEXTOS E TRAJETÓRIAS
DE UMA PATRIMONIALIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de História – Licenciatura Plena, Integral- da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão, como requisito parcial para obtenção do Título de Graduado em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Costa Campos

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 25/03/2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rafael da Costa Campos (Unipampa)

Prof. Dr. Adriana Fraga da Silva (FURG)

Prof. Ms. Andréa da Gama Lima (Secult/UFPel)

Dedico a minha família, especialmente meus pais, José Elias e Clara Tormam que sempre me deram força, coragem e constante apoio para seguir em busca de meus objetivos.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a minha família que é base da minha vida, sinônimo de amor, compreensão e dedicação. Ao meu companheiro Gustavo, sempre preparado e disponível para ouvir meus relatos, medos e preocupações durante toda a minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso que estiveram junto comigo na realização deste trabalho e de toda a graduação, por tudo que pudemos compartilhar a convivência, as alegrias, as frustrações, as descobertas, enfim pelo o que aprendemos juntos.

Ao professor Rafael da Costa Campos, por orientar este trabalho e torna-lo possível de realização. Meu carinho especial a todos estes, assim como os professores que contribuíram com seus ensinamentos durante o curso de História- Licenciatura pois assim, tornaram o caminho mais fácil. Obrigada a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

“Toda compreensão do mundo e da vida só poderá ser ficcionante, histórica para o passado, caótica para o presente, utópica para o futuro”

José Saramago (1999)

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo discutir sobre dois projetos inseridos na trajetória de patrimonialização da cidade de Jaguarão: O Projeto Jaguar e o Dossiê de Tombamento, tendo em vista que são dois projetos significativos sobre o tema no município, que se realizaram em épocas distintas. Atualmente o tema patrimonial está em voga, não só no cenário nacional, mas também municipal, visto que a cidade foi tombada recentemente como patrimônio nacional pelo IPHAN.

Palavras-chave: Patrimônio; Comunidade; Patrimonialização.

RESUMEN

Esta investigación tiene como meta discutir acerca de dos proyectos de patrimonialización insertados en el camino de la ciudad de Yaguaron: El Proyecto Dossier de Tombamento y Proyecto Jaguar, dado que son dos importantes trabajos acerca del tema en el municipio, que se llevarán a cabo en diferentes momentos. El tema está en boga ahora, no sólo en el escenario nacional, sino también municipal, debido a la declaración de la ciudad recientemente como patrimonio nacional por el IPHAN.

Palabras clave: Comunidad; Patrimonialización; Patrimonio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	12
3 AS INICIATIVAS PATRIMONIAIS DO PROJETO JAGUAR (1982).....	22
4 ASPECTOS PATRIMONIAIS DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE 2011.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está centrada em uma análise comparativa de dois projetos de patrimonialização concebidos para a cidade de Jaguarão: o primeiro, criado na década de 80 do século passado, e o segundo referente a um projeto de tombamento da cidade como Patrimônio Histórico Nacional no ano de 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Pretende-se analisar e discutir as ações colocadas pelo Poder Público Municipal e Federal, os segmentos sociais envolvidos nesse debate, procurando compreender os impactos das mesmas na atual configuração de uma cidade reconhecida como histórica, devido ao seu vasto repertório patrimonial, extremamente significativo.

No primeiro capítulo, analisaremos panoramicamente o movimento de patrimonialização no Brasil, e as principais características das políticas públicas dessa área dentro do cenário nacional, bem como apresentaremos e debateremos alguns conceitos essenciais da área do patrimônio.

Já no segundo capítulo será analisado o primeiro projeto ligado ao tema de patrimonialização na cidade de Jaguarão, o Projeto Jaguar. Debatendo quais as preocupações patrimoniais da época implícitas no desenvolvimento deste projeto, que ainda serve de base para iniciativas mais recentes como para o desenvolvimento do Dossiê de Tombamento.

No terceiro capítulo discutiremos o mais recente projeto patrimonial colocado em prática na cidade, o Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Jaguarão, mediante a análise do documento Dossiê de Tombamento elaborado como proposta e diretriz para a execução do mesmo.

Com esse trabalho pretendemos demonstrar como ambos projetos foram elaborados, comparando com as preocupações e políticas patrimoniais de cada época, também comparando-os entre si, para assim concluir quais foram os principais envolvidos e fatores que levaram a escolha dos bens tombados e o grau de envolvimento da comunidade.

Nosso interesse se justifica essencialmente pelo fato da cidade de Jaguarão estar passando por um momento de grande discussão sobre as políticas públicas de preservação e divulgação de seu patrimônio urbano, principalmente por que a cidade foi tombada recentemente. Mais ainda, reside o fato de também ser moradora de Jaguarão e ter convivido com esse manancial de prédios históricos, sem perceber a importância dos mesmos para a gestão do direito da memória pelos cidadãos.

Além disso, está o fato de ter ingressado no ano de 2010, na Universidade, no Curso de História-Licenciatura. A partir da inserção em um curso que enfatiza em suas diretrizes curriculares e perfil do egresso, a formação de um discente pesquisador, e pela existência de temáticas envolvendo a História através da interlocução com as Instituições de Memória do município, o que propiciou uma aproximação fecunda com o campo do patrimônio e sua gestão.

O interesse pelo tema se intensificou ao longo do meu processo de formação, quando tive a oportunidade de participar de alguns debates sobre o tema através de estudos e teóricos que debatem sobre o assunto, quando da minha inserção como bolsista de iniciação à docência no Projeto - PIBID História/Educação Patrimonial no ano de 2012, onde trabalhei com o tema nas escolas e pude perceber o quanto à comunidade está distante das discussões colocadas pelo poder público acerca da cidade ser patrimônio nacional. Portanto, durante a graduação pude perceber que há uma distância entre essas discussões patrimoniais promovidas por esse poder público e o restante da população.

Por fim, houve a necessidade de, como futura professora de história, contribuir para a intensificação desse debate no município, gerando a produção de conhecimento sobre esse processo de patrimonialização, que possam colaborar para futuros estudos e pesquisas.

2. APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

A palavra patrimônio é de origem latina, derivada de *pater* – pai, e nos remete ao conceito de patrimônio enquanto conjunto de bens pertencentes ao *pater* ou *pater familias*, podendo ser traduzido a grosso modo como “pai de família” (Machado, 2004). Na sociedade romana, a palavra *patrimonium* tinha o sentido de herança, legado, ou seja, aquilo que o pai deixava para os filhos em testamento: tudo o que o *pater* possuía de bens móveis e imóveis, assim como escravos, animais, mulher e filhos era considerado como o seu *patrimonium*. (Funari e Pelegrini, 2006)

Neste sentido, ainda para Funari e Pelegrini (2006, p. 11) “O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado, do direito a propriedade, estava intimamente ligado aos pontos de vista aristocráticos”. Tendo em vista que dentre os romanos a maioria não possuía bens nem escravos, deste modo desprovidos de *patrimonium*, este termo estava predominantemente vinculado ao ambiente aristocrático e privado de uma elite patriarcal romana. Posteriormente, foi com a disseminação do cristianismo e o predomínio político e cultural da Igreja Católica que a noção de patrimônio passou a ter um caráter mais “simbólico e coletivo”, ligado a religião pelo culto aos santos, valorização das relíquias e dos lugares de culto, adquirindo também interpretações populares, não obstante as concepções aristocráticas ainda se faziam presentes. (Funari e Pelegrini, 2006)

Para Françoise Choay (2001, p.11), patrimônio em sua origem está ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, hoje requalificado por diversos adjetivos, segundo ela fazem dele um conceito “nômade”, sendo utilizado no cotidiano para designar um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo mais que pertença a uma pessoa.

O surgimento dos Estados nacionais desencadeou mudanças e transformações no conceito de patrimônio, uma vez que parte das nações europeias bem como os Estados Unidos começaram a constituir-se de valores que as unificassem e que permitissem um reconhecimento de seus cidadãos para além da unidade territorial, política e militar, visto que na maioria das vezes essas sociedades não tinham as mesmas crenças, costumes, tradições, e tampouco falavam a mesma língua. Desta maneira, era necessário oferecer algo que fortalecesse a idéia de nação, e que a unificasse, mesmo que utopicamente, estas sociedades: os monumentos, as grandes expressões da arquitetura religiosa, civil e militar, os espaços de

convívio social, os documentos e os livros, as obras de arte passaram a ser vistos como elementos capazes de auxiliarem na construção da memória coletiva e de assegurarem à unidade política necessária para a construção de uma identidade nacional. Os novos Estados nacionais tiveram como tarefa primeira inventar os cidadãos e “assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas medievais, mas de todo um povo, com uma única língua, origem e território.” (FUNARI E PELEGRINI, 2006, p. 17)

Diante deste contexto, e segundo o Dicionário de Conceitos Históricos organizado por Kalina V. Silva e Maciel H. Silva (2005), podemos entender como Nação uma comunidade humana que se estabelece em algum território e compartilha de unidades, como a unidade política, linguística, religiosa, entre outras, e o Estado seria uma espécie de setor que administraria essa nação. Em contrapartida Identidade Nacional, é a forma como os próprios agentes históricos se vem, individualmente e também dentro de um todo, como uma unidade dentro da nação.

Questões ligadas a proteção do patrimônio surgiram no decorrer da Revolução Francesa, diante de uma necessidade de construção de uma representação de nação. Deste modo foi criada uma comissão responsável pela preservação dos monumentos que, na visão dos governantes, ajudariam a representar e unificar as nações e suas culturas, assim criou-se a primeira lei de proteção a esses patrimônios “nacionais” datada de 1887 na França, mas que somente em 1906 teve sua complementação, durante um ano em que os Estados Unidos também implantaram sua primeira lei de proteção (patrimonial), embora neste momento os objetivos destas legislações objetivassem essencialmente a proteção a estes monumentos. (FUNARI e PELEGRINI, 2009)

Choay (2001, p.98-105) apresenta duas medidas de proteção do patrimônio nacional durante a Revolução Francesa. A primeira seria uma medida imediata, "primária ou preventiva", criada na Assembléia Constituinte revolucionária em 1789, onde visava proteger os bens espoliados do clero, que se transformam em antiguidades nacionais, agora à disposição da nação. É aí que nasce a idéia de tombamento histórico e a noção de patrimônio propriamente dita, que transcende as barreiras do tempo e do gosto, acompanhada das palavras-chave herança, sucessão e conservação, segundo a autora é como se cada um fosse de fato responsável por esses tesouros da Nação.

Sendo assim, percebe-se que este tipo de iniciativa surgiu para auxiliar nas esferas políticas e governamentais de consolidação da ideia de nação e de nacionalidade, enquanto que paralelamente a este contexto o mundo passava por um processo de industrialização e

urbanização crescente, modificando profundamente a sociedade, os meios de produção, os referenciais ideológicos, religiosos e culturais.

A partir de então, serviços de proteção a modalidades de patrimônio passaram a ser compostos principalmente por arquitetos e profissionais ligados à Arte e sua história, e neste contexto a materialidade do patrimônio tornou-se fundamental, uma vez que havia o interesse por bens materiais concretos, edifícios, objetos de alto valor material e conseqüentemente “simbólicos para as nações”, sobretudo pela beleza e pela grandiosidade, se seria um exemplo para a nação, então precisava ser dado pela forma mais excepcional. (FUNARI E PELEGRINI, 2006)

Já, em nosso país as políticas patrimoniais foram colocadas em prática na década de 30 do século XX e “no interior do movimento modernista encontram-se as raízes da preocupação com a preservação do patrimônio cultural nacional” (DOURADO, 2001, p. 24). Deste modo os modernistas visavam incentivar a criação de uma identidade nacional, justificada por uma busca na história de elementos que realçassem a ideia de uma “brasilidade”.

Dentro deste movimento cultural destaca-se o nome de Mario de Andrade, que nasceu em 9 de outubro de 1893 e foi um dos intelectuais que colocaram-se à frente da geração que realizou a Semana de Arte Moderna em 1922. Professor, crítico, poeta, contista, romancista e músico, Mario de Andrade formou-se pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, passando a lecionar neste mesmo local posteriormente. Durante sua trajetória, fundou a Sociedade de Etnografia e Folclore e também passou por vários cargos públicos, como a direção do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. (MASSAUD, 2001)

Foi ele quem em 1936 elaborou o primeiro anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico Nacional, com a finalidade de inventariar e salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro, definido até então, basicamente como apenas obras de arte. Durante o ano seguinte o projeto do escritor se tornou um instrumento legal, com a ênfase na definição de patrimônio de “pedra e cal”, por abranger “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fossem de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (MEC/ SPHAN/FNPM, 1980, p.111 apud SANTAN’ANA 2001, p.30)

Segundo Funari e Pelegrini (2006), as escolhas dos bens patrimoniais, assim como iniciativas para sua proteção estavam inseridas em um projeto mais amplo, devotado à prática social integradora do governo Vargas, e essas escolhas foram feitas levando em conta os

vínculos com a história oficial da nação, sendo a arquitetura considerada marca nacional capaz de “promover a imagem da solidez do estado brasileiro”, não obstante todos esses bens culturais pertenciam às elites.

Já durante o primeiro governo de Getúlio Vargas havia uma grande preocupação com a opinião pública, o governo investia em propagandas que agissem a seu favor e colaborassem para sua própria versão da fase histórica em que o país vivia. Durante o período do Estado Novo haviam áreas da sociedade que o governo preferia manter por perto e agindo ao seu favor, e a área ligada à cultura era uma delas, assim como a do patrimônio. (FAUSTO, 2006)

Foi neste governo que, segundo Tomaz (2010), em 30 de novembro de 1937 mediante o Decreto-Lei nº 25, o governo criou o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e a partir de então uma legislação mais completa com relação à regulamentação dos bens culturais.

Com o fim do período democrático em 1964 e o estabelecimento de uma Ditadura Civil Militar e sob forte repressão política, em dezembro de 1968 foi promulgado o Ato Institucional nº5 (AI- 5), os militares que passaram a governar o país também proibiram e censuraram obras de artes, tendo assim provocado novos impasses à proteção do patrimônio cultural brasileiro, visto que havia produtores culturais e outras pessoas ligadas ao campo artístico brasileiro, à frente das iniciativas patrimoniais. (FUNARI E PELEGRINI, 2006)

Durante o Regime Militar, áreas como a cultura, movimentos estudantis, movimentos trabalhistas e operários, além de tantas outras iniciativas populares perderam suas forças devido à repressão. Conseqüentemente, nos anos posteriores, as iniciativas públicas em torno do patrimônio nacional passaram a se preocupar apenas com o controle da venda de obras de arte, locação de bens públicos de valor histórico e artístico, e a investida em cursos que qualificassem mão-de-obra visando a produção artística e literária que enaltecesse os valores nacionais.

Nos anos posteriores, as iniciativas públicas em torno do patrimônio nacional passaram a se preocupar apenas com o controle da venda de obras de arte, locação de bens públicos de valor histórico e artístico, também a investida em cursos que qualificassem mão-de-obra visando a produção artística e literária que enaltecesse os valores nacionais.

No âmbito mundial, foi na década de 1970, por meio da UNESCO, que "a discussão sobre patrimônio deslocou-se do objetivo de materializar as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado para a de integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria cultural." (RODRIGUES, 1999, p. 29).

Assim o patrimônio cultural passou a abranger:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972).

Neste momento ampliou-se a visão sobre o conceito, adicionando-se ao termo patrimônio o adjetivo cultural, que passou a designar todo um conjunto de bens culturais, sejam eles históricos, arquitetônicos ou artísticos.

Iniciativas políticas mais amplas em relação ao patrimônio voltaram a ocorrer no país, mais tarde em 1980, quando da criação da Fundação Nacional Pró-Memória presidida por Aluísio Magalhães, fato que trouxe a nova tendência conceitual com relação ao patrimônio, com destaque para o fato de os bens patrimoniais passarem a ter agora a denominação de “bens culturais”, seguindo o cenário mundial. Neste novo momento de abertura política e do florescimento de movimentos sociais, o campo do patrimônio, bem como as políticas de preservação, já evidenciavam uma preocupação em envolver a comunidade nos processos de patrimonialização efetivadas pelo Estado, bem como a ampliação técnica de proteção jurídica dos bens culturais. (DOURADO, 2001)

Para Choay (1992 apud RODRIGUES, 1999, p.29) hoje

“o patrimônio assume a representação da cultura ocidental a partir da mundialização dos valores e referências internacionais concernentes a seu trato, em especial as convenções e recomendações da UNESCO, entre as quais a da Conferência Geral de Genebra, em 1972, na qual se criou a categoria de 'patrimônio cultural da humanidade' para classificar os monumentos históricos de excepcional valor universal, quer do ponto de vista Histórico quer do da Arte ou Ciência.”

Atualmente, o conceito de Patrimônio cultural tem sofrido diversas modificações e sido fonte de inúmeros debates, uma vez que em princípio era tido como referência

patrimonial somente os monumentos artísticos de determinados grupos e atores sociais quase sempre ligados às elites, e essencialmente demarcador de memória de uma história oficial e ufanista. Entretanto, passadas algumas décadas desde as primeiras iniciativas preservacionistas adotadas no Brasil, o conceito de patrimônio e as práticas de interpretação e preservação foram marcadas por transformações.

Deste modo, para Vargas (2012, p. 33), durante as últimas três décadas a área patrimonial deixou de dar ênfase apenas às características técnicas ou estéticas dos artefatos em si para entender os artefatos e espaços como expressões de práticas sociais, tendo abarcado outros lugares ou atividades culturais levados a cabo por outros grupos sociais: as tradições populares, os artesanatos, e as festas religiosas passaram a ser também mais bem reconhecidos por suas comunidades e pelas esferas governamentais. Segundo Rodrigues (1996, p.195), o patrimônio precisa ser entendido como “uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social juntamente com a população”.

Sob o ponto de vista jurídico, é com a Constituição de 1988 que o conceito de Patrimônio cultural sofreu transformações, tendo sido ampliado de modo a abarcar um número maior de bens para além das edificações, condição que até então circunscrevia as políticas patrimoniais anteriores, assegurando a inclusão de manifestações e registros da cultura popular e de outros grupos étnicos, referências que caracterizariam assim o patrimônio imaterial. De acordo com o Art. 16 da Constituição de 1988

“constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

Neste contexto mais recente, os municípios passaram a ter uma maior autonomia e responsabilidade com relação à preservação de seu patrimônio local. Segundo MEIRA (2001, p. 19) “a Constituição de 1988 amplia a autonomia municipal, e a preservação do Patrimônio cultural no âmbito do Município é fortalecida pelos preceitos constitucionais e pela atuação crescente de cidadania”.

A constituição traz expressa a preocupação em preservar a identidade e a memória nacional, porém esbarra no problema do âmbito privado, pois a mesma garante o direito a propriedade como algo intocável ao mesmo tempo que exige dos proprietários de Patrimônios Históricos que respeitem as exigências para a preservação dos mesmos. (MAIA, 2003)

De acordo com o IPHAN¹, o patrimônio cultural é definido como

“o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de criar, de fazer e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. Ele faz parte do nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam, e embora esteja em voga na atualidade muitos sequer sabem o tamanho de sua importância”.²

Desta forma, o patrimônio não é necessariamente tudo aquilo que determinada sociedade considera significativo no presente, mas também o que foi importante no contexto do passado. Consequentemente, não é apenas o belo, o grandioso, o heróico, mas também é o corriqueiro, o cotidiano.

Mais ainda, a divisão entre patrimônio material e imaterial atende respectivamente aos seguintes critérios: o primeiro é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo a sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Em contrapartida, a definição de patrimônio imaterial empregada pelo IPHAN conta com um referencial estabelecido pela UNESCO³, que a concebe como todas

¹Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

²Disponível em

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.iphan.gov.br%2FbaixaFcdAnexo.do%3Fid%3D3838&ei=slnUvrVOeGwsATC_4CYAg&usq=AFQjCNEK_XQCZo9yAEqM1Dnq9nulaAaIwg&bvm=bv.61190604,d.cWc acessado em 15 de novembro de 2013

³Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

“as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.⁴

Segundo Carvalho (2001), a UNESCO formula recomendações no campo patrimonial para que os governos dos países sigam, implementando políticas que estejam conformes com essas recomendações, mas cabe a cada país criar suas legislações específicas que conversem com as prioridades da UNESCO.

Nesse sentido, atualmente um dos maiores problemas com relação a área patrimonial é a definição de seus conceitos e de como ou o quê legalmente será feito para garantir o direito da população de acesso ao seu patrimônio. É principalmente este o caso das cidades, que precisam pensar formas de envolver a comunidade na sua história. (SANTOS, 2001)

Também é importante discutirmos o papel da memória, pois quando se fala em patrimônio cultural é natural a aproximação que se faz de questões relativas à preservação e transmissão da memória visto que este conceito está totalmente interligado ao tema. Memória que vem do latim *memoris*, é a faculdade de lembrar e conservar estados de consciência passados e tudo quanto a eles estiver relacionado: factual, qualitativa ou seletiva, é humana e está diretamente ligada ao que vivemos ou compartilhamos.

Pierre Nora (1993, p.17) enfatiza a ligação entre a memória e a história, em que “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história”.

Os “lugares de memória” para Nora (1993, p. 21) são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais, diferindo entre si somente quanto ao grau. Segundo este pesquisador, os lugares de memória seriam constituídos em “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua sobredeterminação recíproca”. Contudo, este jogo pressupõe um componente político: a “vontade de memória”, a “intenção de memória” (p. 22): assim, um lugar de memória não seria apenas um lugar “digno de lembrança” (NORA, 1993, p. 22)

Para Mesentier (2003, p.03)

⁴Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/> acessado dia 12 de dezembro de 2013

"o patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória social, ou seja, os edifícios e áreas urbanas de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio territorial."

Assim, Le Goff (1986, p. 473) também cita o patrimônio cultural como suporte da memória social, servindo de apoio ou marco, então os lugares simbólicos funcionam como suporte ou externalizações da memória coletiva.

No caso da cidade de Jaguarão, o que prevalece para a questão do tombamento é o enfoque sobre o papel dessa memória coletiva que, segundo Horta (2005, p. 19) é uma reconstrução do passado, a partir da representação que um grupo possui de seus interesses atuais. Assim, o tombamento se justificaria por sua relação com a memória coletiva, o que nos leva a investigar a quem (ou quais agentes sociais) pertence esta construção de memória. Segundo Le Goff (1996, p. 46):

“Memória colectiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória colectiva, sobretudo oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender essa luta por dominação da recordação e da tradição esta manifestação da memória.” (p.46)

Mais ainda, Carvalho (2011) afirma ser por meio da memória que se misturam e são forjados os sentimentos com relação ao pertencimento e a identificação: a partir desta memória comum as pessoas passam a se ver como parte integrante de determinado grupo ou comunidade. Sendo assim, memória e patrimônio andam juntos, visto que ambos trazem à tona o sentimento de pertencimento cultural ou social, condição tão importante para a área patrimonial.

Neste âmbito há também o vínculo com a História, e de acordo com Le Goff (1994, p. 477) “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Essa definição de memória coletiva tem como um de seus instrumentos o Patrimônio Histórico Cultural, que precisa ser preservado para concluir seu papel. As diretrizes de sua preservação são baseadas em uma seleção, em que escolhe-se o que deve representar a

memória de um todo, como é o caso das cidades, embora essas escolhas não estejam isentas de interesses circunstanciais, condição que observaremos durante a análise de dois projetos patrimoniais ligados à cidade de Jaguarão.

Por último, em relação aos lugares de memória, nos valem da afirmação de Pierre Nora (1993, p.13), para o qual estes lugares “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários [...] porque essas operações não são naturais”. A preservação do patrimônio é uma maneira de se manter uma determinada memória, e os lugares e seus bens patrimoniais teriam esta função.

3. AS INICIATIVAS PATRIMONIAIS DO PROJETO JAGUAR (1982)

Observado o contexto mais amplo do conceito de patrimônio, as preocupações e suas políticas de preservação, partiremos então do momento em que foram promovidas as primeiras ações ligadas ao tema patrimonial na cidade de Jaguarão. A primeira iniciativa local formal ligada à patrimonialização da cidade foi concebida em 1982 e intitulada “Projeto Jaguar”, embora antes já fossem realizadas discussões, este projeto marca o início dos trabalhos mais significativos e que nortearam e referenciaram boa parte das políticas preservacionistas presentes nas iniciativas mais recentes.

O projeto consistiu na elaboração de um mapeamento e identificação das potencialidades patrimoniais edificadas da zona urbana, propondo assim um movimento de recuperação da consciência comunitária da cidade, elaborado em parceria entre a Universidade Federal de Pelotas (Curso de Arquitetura) e a Prefeitura Municipal de Jaguarão. O projeto em si não é extenso, mas traz várias propostas e objetivos a serem realizados e atingidos. Os responsáveis pela concepção e criação do projeto foram Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia; a estruturação técnica ficou por conta de Janice Castelar.

O objetivo geral do projeto centrou-se no desenvolvimento de atividades que poderiam devolver à comunidade jaguarense “suas características dinâmicas de expressão, tornando exequíveis suas potencialidades e suas expectativas política - sócio - econômico – cultural” (PROJETO JAGUAR, 1982, s.p). Porém, temos a percepção de que este objetivo geral é por demais amplo, sendo um tanto quanto difícil mensurar a os resultados de sua execução.

O conteúdo do Projeto é abrangente do ponto de vista da diversidade de bens que se relacionam com a ideia de preservação: arquitetônico, imaterial (artesanato em lã e memória oral), artístico (literatura), natural (rio Jaguarão e sua biodiversidade). Em relação às instituições de preservação do patrimônio cultural, também se encontra uma referência no texto que exalta o Museu Carlos Barbosa e o Instituto Histórico e Geográfico da cidade de Jaguarão:

“Valorizar o Instituto Histórico e Geográfico, estabelecendo campanhas de informação de suas funções, e para a recuperação de seu acervo de origem [...] Estimular o Museu Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, promovendo campanha de informação de suas funções, acervos e proposições” (PROJETO JAGUAR, 1982, s.p)

A ênfase em relação à importância destes locais nos mostra uma preocupação com a preservação da memória de uma parcela da elite local. Por outro lado, o projeto cita a importância do envolvimento da comunidade no processo de valorização dos bens culturais, um movimento de recuperação da consciência comunitária de Jaguarão, retomando sua capacidade de manifestar-se como comunidade ativa em seu contexto geral, fosse pela “satisfação” sócio - cultural - econômica da comunidade, pela reintegração social, pelo desenvolvimento cultural, pelo cumprimento da tarefa político – econômica.

O projeto possuía cinco metas básicas a serem alcançadas a curto, médio e longo prazo:

- Listar, ordenar e qualificar os prédios de importância histórico – arquitetônica, histórico – administrativa, e outros existentes na cidade, seria então inventariar as construções selecionadas como bens patrimoniais.
- Estimular e estabelecer um centro de criação para o desenvolvimento de artesanatos e também um lugar de sensibilização da memória, onde teriam discussões com artistas sobre a importância dos bens patrimoniais, como pode ser observado no seguinte trecho:

“ a – Desenvolver a produção dos artesanatos da região, promovendo aulas dos artesãos à população interessada, difundindo técnica, estimulando o processo criativo; gerando assim uma nova fonte de renda, de expressão interna e externa à localidade; b – Organizar e desenvolver grupos para a sensibilização artística, histórica, geográfica e ecológica, de manifestação, recreativa, social, tradicional e cultural, estimuladas pelo segmento de artistas, estudiosos, literatos, pesquisadores, admiradores, etc.” (PROJETO JAGUAR, 1982, s.p.)

- Estimular e criar um camping organizado oficial da região, uma área para essa prática com o objetivo de atrair turistas.

“Desenvolver projeto para a determinação de uma área para a prática de camping, organizado e coordenado pela Administração Municipal, mas administrado pelo LAR DOS MENINOS, gerando trabalho e fonte de renda a esta instituição e estabelecendo mais um atrativo a região.” (PROJETO JAGUAR, 1982, s.p.)

- Restabelecer a memória comunitária, com a reativação do Teatro Esperança, a valorização do Instituto Histórico e Geográfico, o Museu Dr. Carlos Barbosa, a preservação da Enfermaria Militar, entre outros espaços.
- Transformar a região de Jaguarão em pólo efetivo de atrativo cultural e turístico, com a valorização do potencial turístico, os acessos à cidade, melhorias na infraestrutura e a distribuição de material para a divulgação de seus atrativos.

Foi então, na década de 1980 que

“começaram estudos realizados através da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Pelotas, que culminaram mais tarde no Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão – PRIJ (Oliveira, 2005). O PRIJ teve relação com o Projeto Jaguar de identificação do patrimônio da cidade de Jaguarão, e outras iniciativas da comunidade entre as quais se destacam as vigílias realizadas no local e shows artísticos, que chamaram a atenção para a importância do bem cultural para a comunidade” (RIBEIRO; MELO, 2011, p. 3).

Assim, realizou-se o mapeamento de cerca de oitocentos imóveis, com planilhas que identificavam suas características arquitetônicas e um histórico de cada edificação, privilegiando o conjunto urbano de característica eclética que encontravam-se em bom estado de preservação. Junto a esse levantamento foram organizadas ações com o poder público e a

comunidade para a conscientização da importância desse conjunto para o desenvolvimento da cultura e construção da memória através do patrimônio.

Nesse contexto segundo Ribeiro e Melo (2011) os integrantes do projeto Jaguar promoveram vigílias, encenações teatrais e shows de rock, buscando assim um envolvimento da comunidade local com os bens patrimoniais da cidade, sendo que essas ações ocorriam em bens como a Enfermaria Militar. O objetivo era chamar a atenção da comunidade e envolver a mesma para que houvesse pressão sobre os políticos locais para que através de uma legislação protegessem o patrimônio da cidade de Jaguarão.

O projeto, segundo consta no Livro Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade Jaguarão (1988), durou uma média de cinco anos, e em 1988, ano de publicação do Inventário, já encontrava-se debilitado, as causas citadas são a falta de uma entidade concreta oficial, como uma fundação, falta de líderes assim como de investimentos.

Como podemos perceber, o Projeto foi originado dois anos após a criação da Fundação Nacional Pró-Memória presidida por Aluísio Magalhães, como já foi discutido anteriormente, quando a noção de patrimônio já era tida como relacionada a cultura e citava a importância do envolvimento da comunidade. Então a criação do projeto se deu neste momento e os traços da influência nacional são facilmente perceptíveis em seus objetivos.

Já no principal objetivo do projeto podemos perceber a importância que a comunidade possuía naquela época, sendo a busca por uma reaproximação da consciência comunitária o que movimentava as ações dos envolvidos.

Portanto, acreditamos que o que o grupo responsável pelo Projeto Jaguar buscava era algo que fosse além de leis de proteção. A nosso ver, este grupo buscava algo mais, uma tentativa de permitir que a comunidade “abraçasse” seus bens patrimoniais, enaltecendo a importância da memória coletiva. Esta percepção vai de encontro à afirmação de Jorge (2007, p. 20) para o qual a noção de patrimônio “sempre teve a ver com identidade com valores não materiais, simbólicos, e com a memória dos indivíduos e dos grupos. Sem memória não há pessoa, não há projecto, não há sentido de comunidade - só máquinas delirantes e egoístas, monstros em que tememos transformar-nos”. Em relação com a memória, a Identidade, ou melhor, as "identidades culturais" apresentariam-se como aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. (HALL, 2006, p.55)

Sendo assim, compreendia-se que não bastariam grandes construções históricas se o pertencimento não se fizesse presente, se as pessoas as quais os bens representam não valorizassem ou reconhecessem esses bens como parte integrante de sua história. Nesse

contexto, embora as noções de patrimônio que norteavam a época fossem em alguns aspectos diferentes das de hoje, os bens patrimoniais eram vistos como algo que ia além de uma edificação material: eram significativos também pelas vivências ali experimentadas.

Deste modo, com as ações promovidas pelo Projeto Jaguar a população estaria envolvida com o patrimônio local. Mas este movimento de frequência aos bens não significaria uma apropriação automática da história e do sentido destes bens para a comunidade local, uma vez que por mais que as pessoas conhecessem determinados bens patrimoniais, era necessário interligá-los com a história local, embora a movimentação em torno do tema pressupusesse que discussões surgissem sobre este assunto. Embora o projeto não tenha sido efetivamente realizado, este é utilizado até hoje como um caminho a ser seguido, pois é citado no Dossiê de Tombamento da Cidade, que será analisado adiante. Ademais, foi somente em 1988 que os municípios começaram a criar suas próprias leis de preservação, se tornaram mais independentes e ao mesmo tempo mais responsáveis pela questão patrimonial local, mesmo ano em que é citado, que o Projeto Jaguar não estava mais em funcionamento. (MEIRA, 2001, p.19)

4. ASPECTOS PATRIMONIAIS DO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE 2012

Atualmente Jaguarão está dentre as 173 cidades brasileiras contempladas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas do Governo Federal, que segundo o IPHAN⁵ “é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos”.

Em 2011, ocorreu o tombamento do conjunto histórico e paisagístico da cidade por este órgão, em que aproximadamente 650 bens foram tombados, contando a partir de então com diversos projetos de Revitalização, dentre eles o Teatro Esperança, a Enfermaria Militar, e a Ponte internacional Barão de Mauá. Neste processo, este último constituiu-se como o primeiro bem binacional, visto que já havia sido anteriormente tombado pelo Uruguai.

O Dossiê de Tombamento conta com 227 páginas e sua pesquisa ocorreu entre os meses de janeiro de 2009 à agosto de 2010, tendo contado com uma equipe composta por profissionais de áreas diversificadas, condição justificada no Dossiê pela necessidade de uma leitura multidisciplinar, em que áreas como a história, arquitetura e arte contaram com seus representantes.

A proposta de patrimonialização foi dividida em dois documentos: o Dossiê, que caracteriza historicamente a arquitetura da cidade, e inclui as justificativas para seu tombamento, e as Diretrizes para Gestão, em que são indicadas as normas para cada área incluída na delimitação de proteção.

O Dossiê traz primeiramente a contextualização da história da cidade, assim como as características de sua formação política e social. Analisando sua ligação com a região sul e outros países, como o Uruguai, o qual Jaguarão faz divisa, além da Argentina e do Paraguai, suas influências na formação e caracterização da cidade e de seu patrimônio.

Foram inventariados cerca de 650 bens, e o trabalho foi desenvolvido na estrutura do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão⁶, permitindo assim uma análise do próprio município de Jaguarão, desde sua formação, evolução urbana, dinâmicas sócio-econômicas e caracterização do acervo arquitetônico e urbanístico do local.

⁵Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17776&retorno=paginaIphan> acesso em 13 de outubro de 2013.

⁶é um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil.

A primeira etapa de trabalho, de acordo com o Dossiê (2010), ocorreu em 2009, quando houve o cadastramento dos edifícios de interesse na área central de Jaguarão. Foram cadastrados aproximadamente 124 quarteirões e 3083 prédios. As informações obtidas nesta fase foram: implantação (criação de traços no terreno para demarcar a localização exata de cada parte da construção), gabarito (marcações feitas com fios para marcar os limites das construções), linguagem arquitetônica, tipologia, usos, estados de caracterização e conservação dos imóveis. Destas edificações, 627 foram elencadas como de interesse histórico ou cultural, sendo que os exemplares mais significativos se localizam, em sua maioria, na área central (mais antiga), com alguns exemplares isolados em seu entorno.

Após o levantamento dos elementos que caracterizam a cidade e que influenciaram na sua formação ao longo da ocupação do território, como seus componentes históricos e físicos, foram adotados critérios para análise e setorização do sítio, de acordo com a dinâmica de ocupação do território, do bem e das áreas de entorno. (DOSSIÊ, 2010)

Sendo assim, após a análise dos aspectos históricos e geográficos e da situação atual da cidade, segundo o Dossiê (2010), dividiu-se a área de estudos em dez setores, a partir de suas características. Quatro setores foram considerados de relevância, e inserem-se na poligonal como área proposta para tombamento, pois mantêm preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano. A área de entorno abrange seis setores que, segundo os pesquisadores, apresentam menor predominância de bens de interesse e rupturas na leitura de continuidade do conjunto urbano.

Poligonal de Proteção:

- Setor 1 – Núcleo Original
- Setor 2 – Primeira Expansão
- Setor 3 – Orla do Rio Jaguarão
- Setor 4 – Enfermaria Militar

Poligonal do entorno:

- Setor 5 – Entorno do Núcleo Original
- Setor 6 – Entorno da Primeira Expansão

- Setor 7 – Rua Uruguai
- Setor 8 – Cerro da Pólvora
- Setor 9 – Entorno do Cerro da Pólvora
- Setor 10 – Estação Ferroviária

No entanto, em função da sua importância paisagística ou referencial, de usos, de alto potencial de impacto sobre o centro histórico, entre outros motivos, a área de entorno também foi definida como setor de proteção. É o caso do setor correspondente ao Cerro da Pólvora e à antiga estação ferroviária que, apesar de descontínuos em relação à área de entorno, pois estão longe do centro, se configuraram como setores isolados de preservação. É o que nos aponta o Dossiê (2010, p.212): (...) esta poligonal tem como principal função estabelecer uma área de transição entre os setores protegidos e o restante da cidade (...), ou seja, funcionando como uma área de “amortecimento” de impactos sobre o patrimônio cultural do município.”

De acordo ainda com o Dossiê (2010, p.219), partir da definição dos setores foram determinadas diretrizes para a gestão de cada área, que explicitam e definem os aspectos mais significativos para sua preservação e apontam os investimentos necessários para sua qualificação:

“Espera-se com isso facilitar o diálogo com a população e os órgãos públicos locais, que terão acesso previamente às informações sobre as áreas antes da submissão de novos projetos para análise pelo IPHAN. Além disso, permitirá ao poder público planejar seus investimentos, através de acordos entre as diversas instâncias governamentais” (DOSSIE, 2010, P. 219).

As edificações consideradas como mais relevantes foram divididas em três grupos:

C1 – Conservação Rigorosa: Imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento do conjunto, ainda mantêm a maioria das características originais, ou que apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo, são passíveis de restauro ou recomposição.

C2 – Conservação Intermediária: Imóveis de relevância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento, se detectou que já sofreram alterações significativas,

principalmente internas, que não são mais passíveis de recomposição, mas que externamente ainda preservam grande parte das características originais. Estas edificações permitem uma maior flexibilidade nos projetos de adaptação, mas devido à sua volumetria e características arquitetônicas significativas para a caracterização da paisagem urbana do conjunto, externamente devem ser preservadas com rigor.

C3 – Conservação Volumétrica (imóveis de acompanhamento): Imóveis importantes para a leitura do conjunto urbano proposto para tombamento, mas que não apresentam mais condições de autenticidade e/ou originalidade que justifique um maior rigor na análise das intervenções propostas visando preservar as características intrínsecas do imóvel. Nestes casos os imóveis devem preservar a sua volumetria, mas a análise das propostas de intervenção pode se respaldar nas diretrizes gerais para o setor, visando à preservação da leitura do conjunto urbano e sua valorização.

Segundo o Dossiê, apesar das intervenções urbanas, ainda é possível perceber o processo evolutivo da malha urbana da cidade, distinguindo-se a área mais antiga, que seria a zona central, de seu entorno imediato, caracterizando-se como

“uma retícula regular e homogênea, formada por ruas e quarteirões de tamanhos variados, onde é possível identificar três momentos distintos no processo evolutivo da cidade: o núcleo formador, uma primeira ampliação (ou segundo loteamento), e ainda uma expansão mais recente, já do século XX (ou terceiro loteamento)” (DOSSIÊ, 2010, p.149).

De acordo com o Dossiê de Tombamento (2010) 95% das edificações são térreas ou com dois pavimentos, sendo incomuns edifícios com mais de quatro pavimentos. Outra peculiaridade neste conjunto é a predominância do uso residencial (cerca de 65,2%), influência da atividade agropecuária, uma vez que muitos latifundiários possuíam uma residência na cidade e outra no campo.

No documento “Diretrizes para Gestão”, inserido no Dossiê de Tombamento, os pesquisadores evidenciam que o conjunto arquitetônico central possui um alto grau de integridade e conservação de seu acervo, “caracterizado principalmente por edificações de linguagem eclética e proto-moderna (2010, p.245)”. A arquitetura eclética se caracteriza como

uma mistura de estilos, e se deu desde meados do século XIX até o fim do século XX, já proto-moderna é a produção arquitetônica que vai do fim do século XIX e início do XX.

O documento em si apresenta a história da cidade desde seus antecedentes, trazendo à cena o âmbito regional e local. Além disso, teria sido essa a fase em que a cidade teve seu “ápice” econômico, com as charqueadas, originando assim os prédios que hoje estão sendo contemplados com o tombamento. O dossiê referenda que sua base de elaboração é o Inventário do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Jaguarão, o qual se resultou do Projeto Jaguar, e serviu de base para o Tombamento Nacional. Assim, desde a década de 80 já há certa movimentação resultando neste tombamento que acompanham o cenário nacional de efervescência política, e de movimentos sociais que ajudaram a terminar com o período do regime militar. Porém uma vez mais sente-se a necessidade da comunidade local, como um todo, se apropriar mais deste conhecimento, de forma que todos possam compreender melhor esta condição patrimonial da cidade de Jaguarão justificada a partir dos considerados componentes histórico-culturais que a compõe.

Segundo Funari e Pelegrini (2006) as políticas patrimoniais e sua implementação devem partir dos desejos e necessidades da comunidade, além de serem norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Todavia, a seleção dos bens a serem tombados precisa estar integrada aos marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem. A cidade de Jaguarão atualmente está recebendo muitos recursos para o investimento na área, mas o uso e gerenciamento desses recursos passa pela conscientização e cidadania, pois “é através do domínio de sua cultura que a comunidade poderá responsabilizar-se pelo seu patrimônio de forma concreta” (MACHADO E MONTEIRO, 2010, p.31).

Esta apropriação permanece em aberto no decorrer do Dossiê de Tombamento, pois não se responsabiliza o poder local pela tarefa de trabalhar com a comunidade em nenhum momento, sequer menciona-se a preocupação de atingi-la com esta proposta. Embora o patrimônio da cidade tenha sido tombado nacionalmente, é dever do município a sua proteção e preservação, uma vez que “mais do que legislar, o município brasileiro tem obrigações em legislar sobre o patrimônio cultural, o município brasileiro tem obrigações em relação ao mesmo, independente de sua esfera de importância ou proteção” (MEIRA, 2001, p. 19).

O que se percebe com a análise do Dossiê é que o município recebe a responsabilidade apenas de administrar as verbas destinadas a preservação, e não de ir além, de conseguir todo esse retorno necessário, por parte dos moradores da cidade, para uma proposta patrimonial atingir êxito.

É necessário então nos perguntarmos: quem determinou os bens culturais que devem ser preservados? E ao falar em coletividade, estamos falando de qual? De quem? São os governos produtores do patrimônio cultural? A nosso ver, problematizar os contextos e trajetórias do processo de patrimonialização em Jaguarão subentende considerar que como moradores e gestores culturais, “devemos assumir com convicção que a declaração de um bem patrimonial é um a questão política” (ACEVEDO, 2013, p. 198).

Com a leitura do Dossiê temos a impressão de que foi o IPHAN em conjunto ao governo local que decidiu pelos bens que seriam tombados, e que seriam colocados como expressivos para a população em geral, mediante a justificativa histórica contida no documento. A ideia de coletividade fica prejudicada pela impressão de que a escolha foi feita por aqueles que estavam com o poder de resolução em mãos naquele momento. Os bens tombados são, na maioria absoluta, os da zona central, e que de uma forma ou outra estão/estavam na mão das famílias de maior posse da cidade, embora o Mercado Público, lugar de grande circulação desses grupos sociais com pouca visibilidade como negros e trabalhadores também esteja entre os bens contemplados.

Entretanto, mesmo este bem patrimonial, muito frequentado por pessoas das camadas populares é contemplado no Projeto de Revitalização pela a previsão da construção de bares, restaurantes, espaços de lazer e comércio, a despeito de uma “volta” às funções originais de local de comércio e convívio, trazem como objetivo principal a atração de turistas. Assim a população local e principalmente os grupos populares que tiveram e tem sua história ligada ao Mercado Público não aparecem como o alvo direto dessa política preservacionista.

A preocupação com o presença do turista acontece atualmente na cidade devido a um grande fluxo de pessoas que circulam com a motivação primordial de fazer compras no outro lado da fronteira, onde se localizam os Free Shops da cidade uruguaia de Rio Branco. Esse fluxo em Jaguarão ocorre principalmente porque a cidade vizinha ainda não possui uma infraestrutura adequada e serviços turísticos como hospedagem, por exemplo. Aparantemente, o patrimônio arquitetônico é visto, principalmente pela gestão pública, como uma forma de fixar este turista na cidade (ZORZI, 2009, p.19), e Jaguarão não parece fugir a esta regra.

Esta relação dos bens patrimoniais com o turismo cultural também acarreta discussão, pois para Carvalho (2011) esse relacionamento entre ambos repercute no estranhamento, uma vez que os moradores da cidade na maioria das vezes não se identificam com os bens culturais quando revitalizados. Ao visar meramente à demanda do atrativo turístico, acaba-se perdendo a antiga função de lugar de vivência e de convivência.

É necessário também aprofundar este debate, para que não somente o Poder Público mas também a população seja capaz de desenvolver uma inclinação crítica e participativa quanto à gestão e preservação dos bens representativos da cidade, para assim avaliar e escolher os seus bens patrimoniais a partir de uma noção de pertencimento. Para Machado e Monteiro (2010), não basta apenas apresentações e propagações de informações: uma construção se faz indispensável, construção essa em que o município dialoga com a comunidade e trabalham juntos, pois a população se preocupará mais com a preservação e cuidado com os bens quando se achar parte integrante dele e de sua história.

O documento Dossiê de Tombamento não menciona a preocupação em inserir essas comunidades nas discussões patrimoniais, e tampouco há uma caracterização desta população. Assim, mais uma vez podemos questionar: para quem estes bens estão sendo preservados? Apenas para atrair turistas para a cidade ou preservar a memória de determinada parte da sociedade jaguareense? É possível perceber com a análise do documento que a preocupação turística é significativa, mas também se faz presente o interesse de manter viva uma história “oficial”, ligada aos grandes nomes e famílias proprietárias dos casarões da cidade, e o Dossiê não menciona de que forma ou se quer cita o envolvimento da comunidade neste processo: as iniciativas de preservação precisam estar ancorada aos interesses do todo, pois o que a população não reconhece como seu ou como parte integrante de sua história acaba por não possuir sentido para sua preservação, ação que caminha ao lado do pertencimento.

Fomentar a consciência participativa da população é responsabilidade dos governos, e para tanto são necessárias políticas públicas. Conforme Acevedo (2013, 199), “essa e não outra deve ser a contribuição axial do Estado: estabelecer condições de possibilidade, isto é, sentar as bases para que todos os atores sociais possam desenvolver seu pensamento crítico”.

O reconhecimento do Patrimônio como lugar de memória está ancorado nas ações públicas de preservação que determinam os sentidos e significados que irão circular nos espaços urbanos, sendo assim é na esfera política que se dão as principais ações patrimoniais, mas que para obterem êxito precisam fazer com que o conhecimento e o contato com o mesmo sejam oportunizados para todos os grupos sociais. (CARVALHO, 2001)

CONCLUSÕES FINAIS

Podemos concluir que os dois projetos são/foram muito importantes para a área patrimonial da cidade de Jaguarão, especialmente se considerarmos as discussões a respeito dos próprios. Estes originaram-se assim em dois momentos bem diferentes, em que as noções de patrimônio e o contexto político, tanto nacional quanto local, possuíam diferenças.

Podemos perceber que um projeto relativamente pequeno, como o Projeto Jaguar com propostas de envolvimento da comunidade, algo bastante enfatizado atualmente, careceu de um maior investimento e não conseguiu ir adiante. Embora hoje ele sirva de referência para os grandes projetos atuais, sabe-se que na época durou pouco e que não conseguiu alcançar a maioria de seus objetivos. Isto nos leva a considerar necessário aprofundar o debate sobre patrimônio e preservação para que não só o município, mas também a população desenvolva uma maior capacidade crítica e participativa quanto à gestão e preservação dos bens representativos da cidade, para assim avaliar e escolhê-los a partir da noção de pertencimento.

Após 30 anos da primeira iniciativa presente no Projeto Jaguar, o que vimos atualmente é que as discussões sobre o assunto aumentaram, os projetos patrimoniais se propagaram, o conceito e as preocupações mudaram bastante, mas ainda esbarram nos mesmos problemas. Os governos e órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio ainda possuem dificuldades em colocar em prática o que há muito tempo já foi posto no papel.

Concluimos pela análise de ambos os projetos que o poder público precisa dialogar com a comunidade, pois somente com comprometimento e o envolvimento dela, a principal beneficiada pela preservação de seu patrimônio histórico é que a compreensão da problemática do patrimônio possa ser discutida em sua amplitude, possibilitando que os envolvidos sejam capazes de agir e interagir na realidade como atores sociais, principalmente pelo fato de que as escolhas patrimoniais não estão distantes dos conflitos e disputas; os grupos dominantes e os demais atores sociais lutam dia-a-dia pela afirmação de sua memória.

Assim, o papel do poder público seria não apenas trabalhar para o patrimônio mas com o patrimônio, não considerando-o apenas como atrativo turístico para uma cidade, mas como algo importante para toda a comunidade envolvida com os usos e história do mesmo.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Fernando. **A determinação do Patrimônio Cultural. Anotações para um debate.** In: **IN: Ensino de história no CONESUL – Patrimônio cultural, territórios e fronteiras** (orgs) GASPAROTTO, Alessandra, FRAGA, Hilda Jaqueline de, Maria Aparecida BERGAMASCHI, Maria Aparecida, Porto Alegre: Evangraf/ UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

CALLE VAQUERO, Manuel de La. **La ciudad histórica como destino turístico.** Barcelona (Espanha): Editora Ariel, S/A, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2005.

CARVALHO, Karoliny Diniz. **Memória, Turismo e Política Patrimonial: Análise da Revitalização do Centro Histórico de São Luíz, Maranhão (Brasil).** In: Tur y Des, Revista de Investigación em turism e desarrollo local. Vol. 4, nº 10, 2011.

DOURADO, Odete. **Transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX – algumas reflexões.** In: **O movimento preservacionista no Brasil – história e política.** In: Preservação do patrimônio cultural em cidades/ Maria Cristina Rocha Simão. Ed. Autentica, Belo Horizonte, 2001. Hall, S. (2006). A identidade cultural na pós-modernidade (11ª. Edição). São Paulo: DP&A.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1996.

FUNARI, P.P.A. e PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial** / Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg, Adriane Queiroz Monteiro. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Boletim 04. Memória, Patrimônio e identidade**. São Paulo, 2005.

IPHAN – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dossiê de tombamento**. Org. Anna Finger, Revisão Ana Meira, Pesquisa Simone Neutzling et. al. Arquivo digital, 2010.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

MACHADO, Maria Beatriz P. MONTEIRO, Katani Maria N. **Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial**. In: Ensino de história: desafios contemporâneos/ Org. Vera Lúcia Maciel Barroso... [et AL.] ANPUH, RS, Porto Alegre, 2010.

MAIA, Felícia Assmar. **Direito a Memória: Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e o Poder Econômico**. In: *Movendo Idéias*, Belém, v. 8, nº 13, 2003.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Em Busca da Democratização do Patrimônio Cultural**. In: *A memória cultural numa cidade democrática*. Organização de Zita Possamai. Unidade Editorial da secretaria de Cultura, Porto Alegre, 2001.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: Realismo e Simbolismo**. Vol. 2, 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Ana Lucia Costa de; SEIBT, Mauricio Borges (Org.). **Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão**. Pelotas, 1988.

OLIVEIRA, Ana Lucia Costa de. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2005.

PROJETO JAGUAR, 1982. Disponível para consulta no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento; MELO, Alan Dutra. In: **Seminário Internacional Espaços Culturais E Turísticos Em Países Lusófonos**. Rio de Janeiro. Anais... UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. p. 286-303.

RODRIGUES, M. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: UNESP, 1999.

SANT'ANNA, Márcia. **O movimento preservacionista no Brasil – história e política**. In: **Preservação do patrimônio cultural em cidades/** Maria Cristina Rocha Simão. Ed. Autentica, Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Novas Fronteiras e novos Pactos para o Patrimônio Cultural**. In: São Paulo em Perspectiva, 2001.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. Discurso. In: SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. (Org.). **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil**. In: Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 7, ano VII, nº2, 2010.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. UNESCO, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_basictxts_pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ZORZI, Mariciana. **Atrativos Turísticos e Patrimônio Cultural na Fronteira Meridional do Rio Grande do Sul: O Olhar do Poder Público e da Comunidade Local nos**

Municípios de Bagé e Jaguarão. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Turismo, UFPEL, Pelotas, 2009.

VARGAS, Pedro R. N. F. **O uso do conceito de relação patrimonial nos estudos sobre representações do patrimônio: entre o objeto e o processo de patrimonialização.** In: *Históriae* – Vol. 3, Editora da FURG, 2012.